

1968

MOBILIZAÇÃO DEMOCRÁTICA E LUTA ARMADA NO BRASIL

João Quartim de Moraes*

As importantes mobilizações de massa de 1968, impulsionadas principalmente pelos estudantes, obedeceram a fatores preponderantemente internos, assim como as primeiras ações armadas urbanas ocorridas em São Paulo no mesmo momento (março-abril de 1968). Embora não estejam casualmente concatenadas, as passeatas estudantis e os grupos guerrilheiros remetem à mesma causa histórica: o golpe de Estado de 1964 e a ditadura militar. Constituíram, nessa medida, formas distintas de resistência democrática. Nem por isso se pode perder de vista a dimensão internacional dos acontecimentos de 1968 no Brasil.

O movimento de massas de 1968: características gerais

Em 1968 ocorreram manifestações contra a ditadura militar que só seriam superadas - quanto à amplitude (social e geográfica) da participação popular - pela campanha por eleições presidenciais diretas, em 1984. Permaneceram no entanto insuperadas no que se refere à duração do movimento. Enquanto que a campanha popular pelas diretas concentrou-se nos quatro primeiros meses de 1984, até a votação pelo Congresso, a 25 de abril, da emenda Dante de Oliveira (para cuja aprovação, nunca será demais repeti-lo, faltaram apenas 22 votos), a mobilização de 1968 durou quase o dobro: do assas-

sinato do estudante Edson Luís por uma tropa de choque da PM-Rio à invasão da Faculdade de Filosofia da USP pelos comandos do CCC-Mackenzie apoiados pela PM-São Paulo, e à prisão em massa dos participantes do Congresso da UNE em Ibiúna, foram oito meses de manifestações e lutas praticamente ininterruptas.

A descrição sistemática desse multiforme processo de mobilização de massas contra a ditadura militar está ainda por ser elaborada. Embora dispersa, a documentação disponível (imprensa da época, arquivos pessoais, depoimentos de participantes e de testemunhas, além dos livros de memórias e estudos



historiográficos etc) é ampla, sobretudo porque até o dia 13 de dezembro de 1968 (quando foi editado o AI-5, dando início à ditadura aberta) a imprensa se exprimiu com alguma liberdade e a oposição pôde fazer valer publicamente suas críticas e suas denúncias. Particularmente abundante é a documentação iconográfica, cobrindo passeatas, mobilizações como a da greve de Osasco e manifestações como a do 19 de Maio de 1968 na Praça da Sé e na Praça da República, para citarmos apenas a imprensa paulista.

Comparado a outros processos de mobilização de massas de nossa história social e política, a principal particularidade do de 1968 foi a presença decisiva do movimento estudantil. As “passeatas” que tanto exasperaram a reação e que asseguraram, meses a fio, o domínio das ruas à rebelião anti-ditatorial, nasciam quase sempre nas faculdades, quando não nas escolas secundárias. Nesse sentido, os estudantes constituíram a categoria social mobilizadora por excelência, vale dizer aquela que, pondo-se em movimento, movimentava as demais.

Os estudantes acabaram assumindo também, embora não fosse essa a intenção proclamada de seus militantes mais expressivos, uma função dirigente no seio do movimento de massas. Função efêmera, sem dúvida, além de difusa, exercida por propagação espontânea a partir do meio estudantil em direção das categorias sociais e profissionais adjacentes: professores, jornalistas, artistas e em geral profissionais ligados à cultura, assim como as correntes de opinião sensíveis ao idéário democrático e aos valores culturais avançados que aquela mobilização contrapunha à estreiteza reacionária da ditadura.

Comparado a outros processos de mobilização de massas de nossa história social e política, a principal particularidade do de 1968 foi a presença decisiva do movimento estudantil.



Manifestação estudantil contra a ditadura, 1968

A famosa *Passeata dos Cem Mil*, realizada a 26 de junho de 1968 no Rio de Janeiro, constituiu-se no ponto mais alto da luta de massas desencadeada três meses antes, ao influxo da indignação provocada pela truculência assassina da repressão policial. Os estudantes, mais uma vez, atuavam como força motriz da impressionante manifestação, da qual participaram, como se sabe, todas as correntes da opinião democrática carioca.

O predomínio dos fatores internos na luta dos estudantes em 1968 no Brasil

A simultaneidade da mobilização estudantil brasileira em relação às que ocorriam na Europa Ocidental, especialmente na França, na Itália e na Alemanha Federal, tem sido ressaltada nos diferentes eventos realizados entre nós por ocasião do quadragésimo aniversário dos “acontecimentos de 1968”. A pertinência dessa aproximação entre a cena nacional e a cena internacional é óbvia. Menos clara, entretanto, é a natureza da ascendência desta sobre aquela.

Os movimentos estudantis de massas no Brasil e na Europa Ocidental foram demasiado simultâneos cronologicamente para que se possa falar em relação de causa e efeito. Basta lembrar que o primeiro ato da rebelião estudantil na França ocorreu na Universidade de Nanterre apenas seis dias antes do assassinato de Edson Luís. Além desse período de tempo ser demasiado exíguo para responder por qualquer influência direta da rebelião estudantil francesa sobre a brasileira, acresce que a agitação no “Calabouço” começara em janeiro, sendo portanto cronologicamente anterior à de Nanterre.

É preciso notar ainda, e sobretudo, que o “22 de Março” passou despercebido na própria França. Mesmo órgãos de imprensa anti-gaullistas, sem subestimar os acontecimentos daquele dia nem suas consequências, trataram o assunto como um episódio entre outros no processo de contestação estudantil da rigidez, dos arcaísmos e do caráter politicamente conservador das instituições universitárias francesas. Foi assim com o semanário *Le Nouvel*

Observateur (centro-esquerda liberal), para citar um exemplo. O número 177 daquele semanário (de 3 a 9 de abril de 1968), já com mais de uma semana de recuo sobre os incidentes de 22 de março, consagrou uma página de comentários políticos (secção *On en parlera demain*) a um balanço da agitação estudantil do dia 22 de março em diante. A conclusão dos comentários merece ser traduzida:

Se a massa dos estudantes ainda não segue o movimento, os debates de sexta-feira (29 de março) mostraram que a contestação da Universidade e da sociedade em geral podia se desenvolver com calma e permitia, de outro lado, a grupos que até agora agiam separadamente, esquecer suas divergências ideológicas e levar adiante uma ação comum

O jornalista percebeu com certa acuidade o que o “22 de Março” trazia de novo: a unidade de ação sobrepondo-se às querelas ideológicas dos grupelhos de esquerda. Mas não percebeu — e não vai nisso nenhuma falha, porque seria preciso um excepcional talento premonitório para fazê-lo — o caráter explosivo que iria assumir, um mês mais tarde, o movimento.

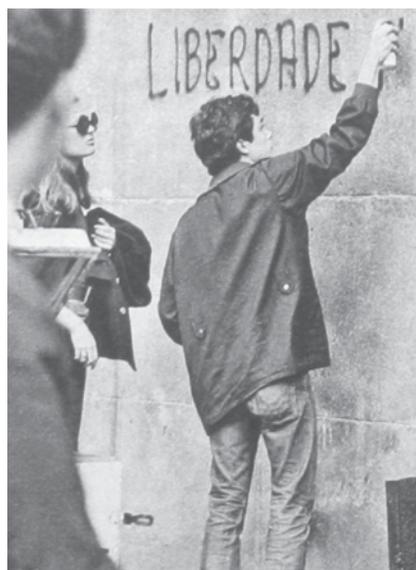
Fica portanto evidente que a mobilização estudantil de massas desencadeou-se primeiro no Brasil — e não na França. Confirma-o, por exemplo, a leitura do *Correio da Manhã* daqueles dias (de 23 a 31 de março de 1968). Como se sabe, esse jornal carioca oferecia a seus leitores ampla informação sobre a oposição ao regime militar e, em termos brasileiros, razoável informação internacional. Ora, entre os dias 23 e 31 de março, nenhuma alusão é feita, no mencionado

diário, aos acontecimentos de Nanterre. Em compensação, encontramos sucessivamente as seguintes notícias sobre o movimento estudantil brasileiro:

Correio da Manhã, 23 de março de 1968 - Informa que a Faculdade de Filosofia da USP continua fechada por tempo indeterminado. (Os “excedentes” do vestibular haviam invadido a Congregação para exigir a concessão de vagas, exatamente a mesma iniciativa que os estudantes de Nanterre tomariam a 22 de março. A Congregação da Filo-USP decidiu então fechar a faculdade, exatamente como faria a de Nanterre.)

Correio da Manhã, 24 de março de 1968 - Publica notícia com o título “Agrava-se crise estudantil em São Paulo: excedentes”.

Correio da Manhã, 28 de março de 1968 - Dá notícia sobre a preparação do XX Congresso Nacional da UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundários), informando notadamente que Che Guevara havia sido escolhido como presidente de honra “post mortem” daquele Congresso, cuja data seria 21 a 24 de abril.



Estudante pichando muro carioca. 1968

Correio da Manhã, 29 de março de 1968 - Manchete da primeira página, em letras garrafais: “Polícia Militar mata estudante”. O editorial consagrado ao trágico desfecho da invasão do “Calabouço” leva o título “Assassinato”, denunciando com veemência a criminosa ação repressiva da PM carioca. A conclusão do editorial é lapidar: “A Guanabara, cidade civilizada e centro cultural do Brasil, não perdoará os assassinos”.

Correio da Manhã, 30 de março de 1968 - Manchete de primeira página informa que “Crise estudantil alastra-se às principais cidades do país”. Estava desencadeada a grande mobilização estudantil, com forte apoio da opinião pública. No dia em que o regime comemorava o quarto aniversário do golpe que lhe dera origem, uma vaga sem precedente de repúdio a seus métodos brutais sacudia o país. Até no Supremo Tribunal Militar, o general Peri Bevilacqua declarava que o crime da PM “nos enche de legítima indignação”.

Foi portanto em função de fatores exclusivamente internos e caracterizadamente reivindicatórios (tanto na Filo-USP quanto no “Calabouço”) que se desencadeou a mobilização estudantil. Se não houve influência internacional na *dinâmica de massas* do movimento estudantil, iniciativas como a homenagem prestada a Che Guevara pelos organizadores do XX Congresso da UBES mostram o quão forte era a sensibilidade internacionalista dos militantes de vanguarda daquele movimento. Não por acaso, dessa vanguarda saíam, em boa medida, os membros das organizações revolucionárias clandestinas que partiriam (algumas já estavam partindo) para o combate frontal contra a ditadura militar e a dominação de classe por ela sustentada.

O desencadeamento da luta armada: a ordem dos fatores e as dificuldades metodológicas de uma historiografia objetiva

A pré-condição histórica fundamental do desencadeamento da luta armada no Brasil foi o golpe de 1964, assim como sua condição política fundamental foi a consolidação da ditadura militar — sob a forma auto-limitada do regime definido pela Constituição outorgada de 1967.

Por pré-condições entendemos aqui os fatores que contribuíram indiretamente para o desencadeamento da luta armada, criando as condições que a tornariam possível. A expulsão dos sargentos e marinheiros envolvidos na mobilização política dos subalternos das Forças Armadas entre 1961 e 1964 constituiu-se em uma dessas pré-condições. Como se sabe, foi um núcleo de ex-sargentos e ex-marinheiros, agrupado em torno do ex-sargento Onofre Pinto, que iniciou a luta armada no Brasil. O nexo entre os dois fatos é evidente. A expulsão (pré-condição) *condicionou* o agrupamento de algumas dezenas de companheiros de expurgo, animados pela solidariedade recíproca na amarga situação de politicamente derrotados, profissionalmente discriminados e socialmente marginalizados em que se encontravam, desde o golpe de 1964, os protagonistas e os figurantes dos extintos movimentos dos sargentos e da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais Brasileiros. Muitos deles haviam sofrido prisões e torturas. O próprio Onofre havia sido hóspede do famigerado navio-prisão Raul Soares, onde se amontoaram, após o triunfo da sedição reacionária, numerosos presos políticos.



Polícia dispersa manifestação estudantil. Rio, 1968

A distinção entre pré-condições e condições apresenta o interesse, estritamente analítico, de pôr em perspectiva a articulação dos nexos causais que explicam determinado resultado histórico — neste particular, a deflagração da luta armada no Brasil de 1968. O objetivo do historiador é identificar a concatenação completa dos fatores causais, reconstituindo, elo por elo, a cadeia dos antecedentes do processo em exame. Embora nos proporcione uma imagem clara e distinta dessa concatenação, a metáfora da cadeia — isto é, de uma série de elos, cada um entrelaçado num anterior (o condicionante) e num posterior (o condicionado), com exceção do primeiro e do último, aquele representando a pré-condição mais recuada, este o resultado final da série de antecedentes/conseqüentes — não oferece, no entanto, uma representação adequada da causalidade histórica. Pelo menos por duas razões principais:

1. A sucessão histórica comporta eventos e processos. Ora, a temporalidade de um evento é discreta, seu tempo próprio é o instante, átomo de

duração, enquanto que a temporalidade de um processo é contínua, duração indivisa. Por exemplo: o golpe de 1964 se inscreve na ordem dos eventos, mas a ditadura militar na dos processos. Por serem estáticos, os elos de uma corrente se prestam a representar a sucessão dos eventos sob a forma de uma série de imobilidades sucessivas (teríamos como exemplo a série: golpe — Ato Institucional nº 1 — prorrogação do mandato de Castelo Branco — eleições para governador em outubro de 1965, com derrota fragorosa dos candidatos do regime — Ato Institucional nº 2 — etc). Mas não se prestam a representar a persistência de processos subjacentes àqueles eventos, como a dominação social do grande capital agrário, industrial e financeiro, da ditadura militar etc. Analiticamente, somos levados a separar os eventos dos processos, tratando-os respectivamente em termos de descrição (estática) de uma *situação* e em termos de determinação dos nexos causais de uma evolução (por *situação* entendemos aqui o contexto global de um evento e por *evolução* a dinâmica de um processo). Sabemos no

entanto que, objetivamente, a contradição entre o evento (e sua situação) e o processo (e sua dinâmica evolutiva), entre o discreto e o contínuo, se resolve na síntese histórica concreta. A ditadura militar consolidou-se como forma de poder de Estado reproduzindo continuamente o ato de força com que se instaurara: na síntese histórica objetiva, a ditadura é o golpe continuado e o golpe o primeiro ato da ditadura. A separação entre o golpe (evento) e a ditadura (processo) é portanto *analítica*: concerne aos nossos métodos de conhecimento dos fenômenos históricos e, mais precisamente, à nossa dificuldade em elaborar um modelo causal que dê conta, adequadamente, da síntese objetiva entre o evento e o processo. Donde o interesse metodológico da distinção entre pré-condições (condições passadas) e condições *strictu sensu* (condições presentes). Como notamos, ela permite pôr em perspectiva as diferentes dimensões temporais da determinação causal.

2. Um fenômeno histórico (seja ele um evento ou um processo) não se explica, em geral, apenas por uma série de antecedentes, mas constitui o efeito combinado do entrecruzamento, num determinado “ponto”, de múltiplos fatores causais, vale dizer, de múltiplas séries de antecedentes. Ou seja: como dizia Marx, “o concreto é síntese de múltiplas determinações”. A análise concreta de uma situação concreta — retomando a célebre fórmula de Lênin — será tanto mais concreta quanto mais completa for, vale dizer, quanto mais exaustivamente determinar a multiplicidade dos fatores cuja síntese constitui o concreto. Essa determinação é sempre problemática, já que não se trata apenas de *identificar* os fatores da síntese, mas também de *ava-*

liar a influência particular de cada um deles sobre o resultado global. As fronteiras entre a avaliação objetiva e a interpretação subjetiva são, sabemos-lo todos, extremamente tênues. É pois intrínseco à explicação histórica um aspecto polêmico, já que não existe um parâmetro universal para medir a eficácia causal dos diferentes fatores que concorrem na determinação de um efeito histórico. Disso não se infere, no entanto, que não se possa atingir, nas mais várias questões relacionadas à análise histórica, um grau satisfatório de objetividade. Infere-se disso apenas que a objetividade, em casos como este, de fenômenos históricos complexos e multidimensionais, requer um longo esforço de análise e de compreensão.

É o que ocorre, *mutatis mutandis*, com o debate sobre as origens da luta armada no Brasil de 1968, em particular naquilo que concerne à identificação de sua causa histórica fundamental. Não somente a direita, mas também o centro liberal e até setores da esquerda privilegiam abusivamente os fatores externos (influência cubana ou maoísta) em detrimento dos internos. No caso da direita (tanto a extrema-direita fascistoíde quanto os liberais de direita), a motivação política é óbvia: se admitissem a tese (que aqui sustentamos) de que a causa histórica fundamental da luta armada foi a ditadura militar, estariam, *ipso facto*, reconhecendo sua própria responsabilidade, enquanto forças políticas que deram sustentação ao golpe, pelas conseqüências históricas daquele evento e, notadamente, pelo espírito de rebeldia que o regime de força então instaurado (graças, repitamo-lo uma vez mais, aos liberais tanto quanto aos criptofascistas) suscitava na juventude, entre os estudantes, entre os intelectuais democratas, entre os militantes

de esquerda, entre os sargentos e marinheiros expulsos das Forças Armadas etc.

É inegável a influência dos fatores externos no processo que conduziu considerável parcela da esquerda brasileira ao confronto violento com a ditadura militar reacionária. Os próprios revolucionários, sobretudo aqueles que, sob a direção de Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira, aderiram publicamente à Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS) – frustrada tentativa de criar uma internacional guerrilheira tendo por centro Havana e por inspiração o testamento político de Guevara – encarregaram-se de propagar suas convicções internacionalistas. Fizeram-no sem exageros, no entanto, sempre salientando que a luta armada, no Brasil, seria obra de brasileiros.

Afirmar a tese de que a condição política essencial da luta armada foi a ditadura militar significa dizer que sem ditadura não teria havido luta armada no Brasil a partir de 1968. Aos positivistas que denunciariam o caráter inverificável dessa tese respondemos apenas que não queremos demonstrá-la, mas apenas utilizá-la heurísticamente para, como já dissemos, pôr em perspectiva a complexa articulação causal do processo histórico. Sem dúvida, a História não se faz com projetos fracassados, nem com possibilidades abortadas. Mas só avaliamos plenamente o significado de um resultado histórico confrontando-o intelectualmente com a possibilidade contrária, vale dizer, tentando conceber como teria sido o curso da história se, em vez do resultado A, tivesse ocorrido o resultado não-A – por exemplo: o que teria ocorrido se, em vez de derrotadas pelo heróico Exército Vermelho, as hordas nazistas tivessem ganhado a batalha de Stalingrado?

Os Tupamaros e o Sendero Luminoso: duas exceções

Sustentamos que sem o golpe de 1964 e, sobretudo, sem a cristalização da ditadura militar, a possibilidade objetiva da ocorrência de um movimento de luta armada no Brasil teria sido mínima. Poderiam, nessa hipótese, ter ocorrido tentativas isoladas de preparar focos guerrilheiros táticos ou estratégicos, acompanhados de ataques esporádicos a bancos e outras fontes diretas de “autofinanciamento”. Na expressão irônica de um dos melhores lutadores da resistência anti-ditatorial naquele período, o operário José Campos Barreto, a luta armada teria ficado reduzida a atos de “porra-louquismo esporádico”. Nesse caso dificilmente teríamos tido o efeito mobilizador suscitado pelas primeiras (e bem sucedidas) ações armadas em parcelas ponderáveis da esquerda, condenadas ao “exílio interior” pelo regime ditatorial e dispostas, portanto, a passar a formas ilegais (mas percebidas como historicamente legítimas) de luta e de resistência.

Na impossibilidade de verificar em laboratório hipóteses que a história não verificou na práxis, cumpre recorrer ao método da análise comparativa, muito menos rigoroso, é verdade, mas fecundo se observarmos, na comparação, possíveis similaridades entre a possibilidade histórica não-realizada e realizações históricas de possibilidades *análogas*. No caso, cumpre examinar os dois exemplos históricos pertinentes que não confirmam nossa hipótese, isto é, que constituem exemplos de processos de luta armada desencadeados no âmbito de regimes onde existiam ou persistiam liberdades públicas e que dispunham, portanto, de um mínimo de legitimidade. Esses dois exemplos são o dos Tupamaros e o do Sendero Luminoso.

O uso abusivo do prestígio político, intelectual e moral que cerca merecidamente o nome de Gramsci reforça empreitadas ideológicas que vão exatamente no sentido oposto ao de suas convicções.



Sendero Luminoso: guerrilha peruana

O exemplo dos tupamaros apresenta o interesse suplementar de ter sido contemporâneo do movimento brasileiro de luta armada, muito embora, contrariamente ao que afirma Thomas Skidmore em seu *Brasil de Castelo a Tancredo* - isto é, que os guerrilheiros brasileiros “imitavam os êxitos até mais épicos dos guerrilheiros tupamaros do Uruguai” (Skidmore, 1988, p. 176) -, os militantes que lançaram a luta armada no Brasil pouco ou nada soubessem a respeito de seus congêneres uruguaios. É o que teria constatado o festejado brazilianista se, em vez de arriscar palpites, tivesse consultado a imprensa brasileira de 1968.

Conheceríamos os tupamaros mais tarde, em 1969-1970, quando sucessivos grupos de exilados brasileiros, acuados pelas forças repressivas da ditadura, cruzaram a fronteira uruguaia. Já então o poder político, no Uruguai, marchava para a ditadura. A guerrilha urbana dos tupamaros tornara-se um fator determinante da evolução política do país, contando com a simpatia discreta do Partido Socialista e dos anarquistas. Persistiam, no entanto, certas liberdades públicas e garantias judiciárias, como testemunhamos no primeiro se-



Tupamaros: manifestação no Uruguai

mestre de 1969, quando um dos mais importantes dirigentes tupamaros, preso na véspera pela polícia, declarara ao juiz incumbido de instruir seu processo: “Hé cumplido mi deber y no diré nada!” Essa lapidar declaração, bem como a foto do declarante, foram reproduzidas nos jornais de Montevideú. Será preciso observar que no Brasil, na mesma época, era ao Sérgio Fleury e a outros esbirros assassinos que os presos políticos faziam “declarações” — sendo que quando não as faziam eram simplesmente destroçados por seus algozes?

Assim, a luta armada dos tupamaros parecia-nos, trãnsfugas do inferno repressivo brasileiro, um delicioso conto de fadas. Mais tarde as coisas pioraram muito no Uruguai e a repressão política, como no Brasil, ficou “feia”. Os nexos causais, no entanto, apresentaram-se em ordem inversa: foi a ascensão da guerrilha tupamara nas condições da legalidade constitucional que precipitou a evolução do regime para a ditadura militar. Não que caiba aos guerrilheiros uruguaios a responsabilidade histórica principal pelo curso fascistóide e terrorista no qual enveredaria o poder político uruguaio ao longo dos anos 1970: tratava-se, naqueles anos

infames, de quebrar a espinha dorsal dos partidos de esquerda e do movimento sindical. Se a guerrilha tupamara exacerbou e agravou o ímpeto liberticida da reação uruguaia e de seu aparelho coercitivo, não foi somente contra ela, mas também contra o *Frente Amplio* - que havia apoiado a candidatura do general Liber Seregni nas eleições presidenciais de 1971 - que se articulou, em 1972 e durante o primeiro semestre de 1973, o dispositivo golpista que conduziria à ditadura aberta instaurada a 26 de junho de 1973.

A questão que ora importa esclarecer não é, entretanto, a das conseqüências da guerrilha tupamara no agravamento da crise política uruguaia e em seu desfecho golpista de 1973, mas a dos fatores que explicam o prestígio adquirido pelos tupamaros junto a amplos setores da esquerda uruguaia ao longo da segunda metade dos anos 1960, quando, a despeito da corrosão rápida das instituições democrático-liberais que haviam assegurado ao Uruguai, durante as décadas precedentes, a agradável reputação de “Suíça da América Latina”, persistiam, como notamos acima (com um pitoresco exemplo), liberdades públicas e garantias individuais. Indicaremos apenas aquele que nos parece ser o mais peculiar: a fortíssima sensibilidade continental da esquerda uruguaia, particularmente acentuada no Partido Socialista, do qual saíram muitos dos fundadores e militantes destacados do movimento tupamaro. Na época, o principal teórico do PS era o historiador Vivian Trias, que em numerosos trabalhos, dentre os quais *Imperialismo y geopolítica en América Latina*, insistiu incansavelmente na tese de que o Uruguai não era viável como unidade econômica autárquica, mesmo porque sua formação, como Estado indepen-



Pedregulhos eram a arma dos estudantes nas manifestações francesas de 1968

dente, resultara de manobras do imperialismo inglês, interessado em dispor, na entrada do Rio de la Plata, de um Estado-tampão entre a Argentina e o Brasil. Teses semelhantes, insistindo na inexorável decadência do país (que perdera sua posição de grande fornecedor de carne no mercado internacional) e na necessidade de uma integração regional, e no limite continental, que criasse espaço econômico para o desenvolvimento industrial no âmbito latino-americano, eram regularmente sustentadas na imprensa e na literatura progressista da época.

Compreende-se assim que, para a esquerda uruguaia, na determinação das perspectivas estratégicas do combate revolucionário a situação global da América Latina constituía um dado tão relevante quanto a situação de seu próprio país. Mesmo os tupamaros - embora forçados pelas próprias peculiaridades nacionais da sociedade uruguaia a desenvolver uma luta guerrilheira perfeitamente heterodoxa em relação aos cânones estratégicos preconizados tanto pela “linha cubana” quanto pela “linha chi-

nesa” (com 70% da população vivendo em zonas urbanas, sendo que 45% somente em Montevideu, o campo não poderia ser “o palco principal da luta”) - haviam enfatizado a inspiração continental de seu combate no próprio nome do movimento: o termo “tupamaros”, como se sabe, vem do chefe inca Tupac-Amaru, herói da resistência de seu povo contra o colonizador espanhol.

Quanto ao Sendero Luminoso, é conhecido seu enraizamento nas comunidades camponesas de língua quechua, econômica e culturalmente isoladas e discriminadas. Independentemente de qualquer juízo de valor sobre os métodos e as concepções ideológicas dos “senderistas”, é inegável que foram bem sucedidos em seu esforço de integração com populações indígenas da zona andina. Na América do Sul, o único movimento guerrilheiro que havia atingido resultado semelhante (fundir-se às massas camponesas) era o colombiano, com a grande diferença, no entanto, de que na Colômbia a luta guerrilheira não foi desencadeada por uma organização de militantes revolucionários executando um plano estratégico; ao contrário disso, ela surgiu do prolongamento da guerra civil provocada pela ditadura terrorista do conservador Laureano Gomez.

O êxito inicial do Sendero Luminoso deveu-se principalmente à sua identificação cultural com o movimento indígena. Não nos parece que sua doutrina rigidamente extremista e seus métodos sistematicamente terroristas tenham tornado maiores suas chances de sucesso. O fanatismo posto a serviço de uma organização monoliticamente coesa tem sua eficácia, mas embota a lucidez tática e cristaliza os objetivos maiores numa imutável tábua de mandamentos.

O desencadeamento da luta armada em 1968 como “resposta retardada” ao golpe de 1964

A tese que ora sustentamos foi afirmada com ênfase na conclusão de *Combate nas Trevas*, livro de Jacob Gorender para o qual “a luta armada... teve a significação de violência retardada” (Gorender, 1987, p. 249). A seqüência dessa caracterização nos parece menos exata: “Não travada em março-abril de 1964 contra o golpe militar direitista, a luta armada começou a ser tentada em 1965 e desfechada em definitivo a partir de 1968, quando o adversário dominava o poder de Estado, dispunha de pleno apoio nas fileiras das Forças Armadas e destroçara os principais movimentos de massa organizados” (id., p. 249).

Essa última afirmação não parece tão precisa porque, antes de mais nada, o sujeito do processo “luta armada” não era o mesmo: a esquerda que não lutou em 1964 não era a mesma que lutou em 1968, com exceção dos dois dirigentes comunistas que romperam com o PCB para lançar a luta armada em São Paulo já em 1968 (Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira). Estamos, claro, nos referindo à esquerda não enquanto conjunto indiferenciado de indivíduos, mas enquanto uma certa configuração do “espaço político” e uma certa *forma de articulação orgânica* no interior desse “espaço”. Nesse sentido — que nos parece o mais importante — aqueles que *tomaram a decisão de não lutar* em 1964 continuaram decididos a não lutar em 1968, enquanto os que impulsionaram a luta armada a partir de 1965 foram os que a desencadearam de 1968 em diante.

Além disso, a tese de Gorender é também inexata no que se refere às condições em que foi

desencadeada a luta armada. Sem dúvida teria sido historicamente mais justo travar às claras o combate frontal contra os golpistas no dia 31 de março de 1964; indubitavelmente as chances de sucesso teriam sido bem maiores. Mas como, em vez disso, João Goulart e as forças que o sustentavam capitularam sem resistência, era compreensível que a geração de militantes de esquerda que se dispusera a resistir em 1964 — e só não o fizera por falta de qualquer comando político — tentasse contrapor “a violência revolucionária à violência reacionária” tão logo reunisse um mínimo de condições para tanto. Ora, em 1968, quando os grupos que mais tarde iriam formar a Aliança Libertadora Nacional (ALN) e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) já haviam constituído o núcleo de suas organizações clandestinas respectivas, irromperam as lutas estudantis, logo ampliadas para largos setores da opinião democrática e reforçadas pelas greves de Contagem e de Osasco. Pela primeira vez desde o golpe, o regime militar era colocado na defensiva política. Dir-se-á que tal defensiva era tática, já que a ditadura dispunha de recursos estratégicos para contra-atacar, como o faria com o Ato-5 a partir de 13 de dezembro de 1968. De qualquer modo, não se pode negar que, na relatividade das circunstâncias, a situação nacional, no primeiro semestre de 1968, era a mais favorável (ou menos desfavorável) desde o golpe para uma ofensiva anti-ditatorial.

Embora importantes, esses erros de avaliação não invalidam a interpretação global proposta por Gorender, de que a luta armada constituiu resposta violen-

ta à violência infligida contra a democracia, quatro anos antes, pelos golpistas que derrubaram o presidente constitucional e rasgaram a Constituição vigente (de 1946). Parece-nos que ambos os erros se explicam pela compreensível interferência — em um esforço intelectual caracterizado, em suas linhas gerais, por meticoloso levantamento historiográfico — da experiência pessoal do autor. É com efeito muito difícil, senão impossível, a um autor que também foi protagonista do processo que descreve separar completamente a si próprio de si próprio. Gorender, como se sabe, ao lado de Apolônio de Carvalho e de Mário Alves, foi um dos dirigentes comunistas que viveu intensamente a experiência do pré-golpe com posições de esquerda dentro do PCB. Ao sugerir que a esquerda que não pegou em armas em 1964, quando devia, tomou-as a partir de 1968, quando não devia, está pensando em seus companheiros mais próximos, notadamente os acima citados. Esquece-se de que seu caso foi a exceção e não a regra, já que a maioria dos dirigentes da luta armada não tinha exercido nenhum papel dirigente na esquerda até 1964.

(Acresce que sua experiência na luta armada transcorreu no Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), a organização que entrou por último na guerrilha urbana, quando as organizações que a haviam desencadeado já se encontravam destroçadas e dizimadas por um aparelho de repressão aguerido, copiosamente informado e totalmente embrutecido no uso sistemático da tortura e de outros métodos de terrorismo

O grau de violência das lutas sociais depende principalmente do grau de violência empregado pelos detentores dos meios materiais e intelectuais da coerção organizada.

de Estado. *Iniciar* a luta armada urbana na virada de 1969-1970, como o fez o PCBR, constituiu uma temeridade suicida e, portanto, um erro de apreciação incomparavelmente mais grave do que o cometido pelos que começaram as ações armadas em 1968. Como observou com amarga ironia um veterano da ALN: “nós, pelo menos, começamos durante o oba-oba. Eles, durante o epa-epa”.)

Mais do que mera hipótese interpretativa, a afirmação de que o desencadeamento da luta armada teve o caráter de *resposta* não exatamente à violência do golpe enquanto evento histórico, mas à cristalização dessa violência na ditadura militar enquanto golpe continuado constitui a *constatação histórica* de um *fenômeno cultural* expresso na atitude coletiva de uma determinada corrente de opinião muito mais ampla, em 1968, do que sugere a designação de “ultra-esquerda” que lhe reservaram os bem-pensantes mal-intencionados.

Esse esclarecimento torna-se tanto mais importante à medida que uma crítica frontal a *Combate nas Trevas* (Cf. Henriques, 1988) está toda construída em cima da confusão entre a luta armada como artigo doutrinário desta ou daquela estratégia revolucionária e a vontade ético-política de responder à violência reacionária com a violência revolucionária. A confusão é demasiado elementar para que seja necessário elucidá-la. Notaremos apenas que, ao contrapor às análises histórico-concretas de Gorender o preceito universal de que “o momento do *consenso* na política dos socialistas deve subordinar amplamente o da *coerção*, da violência” (Henriques, 1988, p. 14), Henriques não está mais criticando nenhuma estratégia revolucionária, mas exprimindo o desejo de que a história

A afirmação de que o desencadeamento da luta armada teve o caráter de resposta não exatamente à violência do golpe enquanto evento histórico, mas à cristalização dessa violência na ditadura militar enquanto golpe continuado constitui a constatação histórica de um fenômeno cultural expresso na atitude coletiva de uma determinada corrente de opinião muito mais ampla, em 1968, do que sugere a designação de “ultra-esquerda” que lhe reservaram os bem-pensantes mal-intencionados.



Policial espanca estudante no centro do Rio, 1968

social e política da humanidade não seja como é, mas como ele gostaria que fosse. Princípio normativo por princípio normativo, mais adequado às condições objetivas do Planeta Terra parece-nos o seguinte: o grau de violência das lutas sociais depende principalmente do grau de violência empregado pelos detentores dos meios materiais e intelectuais da coerção organizada.

Mais de perto nos interessa, no artigo crítico de Luis Henriques, a curiosa inversão dos nexos de causa e efeito na gênese da luta armada, que se explicaria não como resposta ao golpe reacionário, mas como expressão persistente da “cultura do golpe” (sic) dominante na esquerda, notadamente na trajetória dos comunistas. Característica dessa cultura seria a “desvalorização

do tema da democracia política”. Foi por tê-lo desvalorizado antes, durante e depois do golpe da direita, que a “cultura do golpe” da esquerda conduziu às ações armadas, com os desastrosos resultados que conhecemos (id., p. 8). O próprio Gorender, segundo nosso crítico, “apesar de descrever severamente a aventura militarista, *está substancialmente preso ao quadro conceitual que explica e dá sentido a essa mesma aventura*” (id., p. 7, itálico no original). O “quadro conceitual” em questão recebe ao longo do texto de Henriques designações recorrentes e, no espírito do autor, convergentes: além de “cultura do golpe”, é apresentado como “perspectiva insurrecional[...] própria das realidades ‘orientais’” (id., p. 10), “tradição bolchevique e terceiro-internacionalista, que concebe as armas como a verdade última da política” (id., 13), “entendimento da luta armada como *forma superior* da política, esta pérola do pensamento jacobino” (id., p. 14), “tentação jacobina do golpe no ‘momento favorável’” (id., p. 14), etc.

Não temos nenhuma espécie de procuração para defender Gorender, o qual, de resto, há de se defender muito bem sozinho, se julgar necessário. De nossa parte, além das duas críticas já apontadas a respeito da sua apreciação sobre as condições do desencadeamento da luta armada (uso metafísico do

sujeito “esquerda” e avaliação inadequada da conjuntura de 1968), divergimos frontalmente da apreciação final de *Combate nas Trevas*, segundo a qual “o erro fundamental (das diversas correntes da esquerda) consistiu em não se prepararem a si mesmas, nem aos movimentos de massa organizados, para o combate armado contra o bloco de forças conservadoras e pró-imperialistas” (Gorender, 1987, p. 250). Mas divergimos a partir de critérios que nada têm a ver com os dos que, como Luis Henriques, fazem do “tema da democracia política” uma panacéia universal.

Pensamos que o erro teórico de Gorender consiste em erigir uma *forma de luta em questão de princípio* e, portanto, em apresentar a luta armada como uma *fatalidade*, isto é, como uma condição necessária da transformação revolucionária da sociedade. As duas maiores revoluções da era moderna, aquelas que se tornaram, aos olhos da história, paradigmas da idéia mesma de revolução social, a saber a Francesa de 1789 e a Russa de 1917, embora tenham comportado enfrentamentos armados também historicamente emblemáticos (as tomadas da Bastilha e do Palácio de Inverno, respectivamente), não constituíram, no essencial, *processos de luta armada*, no sentido que a expressão adquiriu nas revoluções contemporâneas do terceiro mundo. Não o constituíram sobretudo naquele sentido em que, erroneamente, Gorender faz

O erro teórico de Gorender consiste em erigir uma forma de luta em questão de princípio e, portanto, em apresentar a luta armada como uma fatalidade, isto é, como uma condição necessária da transformação revolucionária da sociedade.

consistir a correta estratégia da esquerda: preparar-se e preparar as massas para o “combate armado”. Nada mais paralisante do que reduzir a política revolucionária da classe operária à “preparação” do combate armado.

As situações históricas em que a solução das contradições sociais passa por uma guerra civil não são, felizmente, frequentes. (Insistamos no *felizmente*: uma guerra civil é sempre atroz, sempre agrava as calamidades e os sofrimentos das massas populares, sempre exacerba as misérias da existência: sabem-no todos os povos que tiveram de passar por ela.) Se partimos da tese de que o dever dos revolucionários é preparar a luta armada, estamos preconizando que durante anos a fio, décadas a fio, suas energias se concentrem nessa “preparação” sem prazo.

De qualquer modo, no plano historiográfico em que se situa o presente estudo importa menos a persistência de Gorender na defesa da estratégia de preparação da luta armada do que sua avaliação histórico-concreta – bem como, através dela, a de seu aludido crítico – das condições políticas que conduziram ao desencadeamento das ações armadas no Brasil de 1968 em diante. Obviamente, a fórmula

“violência retardada” de que se serve Gorender exprime não apenas uma constatação histórica, mas também uma avaliação crítica, denotada na expressão “retardada”. É justamente a propósito dessa avaliação crítica que o artigo de Luis Henriques opera a mais chocante de suas inversões das responsabilidades históricas do golpe de 1964 e da ditadura militar que instaurou, afirmando que Gorender, ao lamentar não ter havido resistência ao golpe, revela “escasso apreço pela institucionalidade democrática e pelo papel que as classes e camadas subalternas... poderiam desempenhar, impondo concretamente limites *substantivos* (grifado pelo autor) à forma abertamente autoritária que veio a assumir a modernização capitalista a partir de 1964” (Henriques, 1988, p. 8).

Na mesma linha de raciocínio, os republicanos espanhóis, em 1936, ao se terem levantado contra o golpe fascista-militar de Franco *et caterva*, teriam mostrado seu escasso apreço pela institucionalidade democrática espanhola e os *partisans* iugoslavos, italianos, franceses que se levantaram de armas na mão contra o fascismo e os ocupantes nazistas, não teriam passado de “terroristas”.

As situações históricas em que a solução das contradições sociais passa por uma guerra civil não são, felizmente, frequentes. (Insistamos no *felizmente*: uma guerra civil é sempre atroz, sempre agrava as calamidades e os sofrimentos das massas populares, sempre exacerba as misérias da existência: sabem-no todos os povos que tiveram de passar por ela.)



Polícia dispersa manifestação estudantil. Rio, 1968

Sairíamos de nosso tema se examinássemos outras aberrações intelectuais e ético-cívicas que articulam a diatribe de L. Henriques contra Gorender. Limitar-nos-emos a duas observações a respeito da confiabilidade teórica de seus argumentos. A primeira concerne à passagem citada logo acima em que o Brasil do pós-golpe é caracterizado pela “modernização capitalista”, efetuada de “forma abertamente autoritária”, cabendo às “classes e camadas subalternas” impor limites não ao *caráter capitalista* da “modernização”, mas à sua *forma* “autoritária”. Como se o programa democrático fosse um cardápio onde pudéssemos escolher modernização capitalista com acompanhamento de uma forma não-autoritária! Como se a forma fosse indiferente ao conteúdo! Como se o combate democrático da classe operária não constituísse a forma (no sentido dialético e não banalmente tipológico do termo) que assume a luta anti-capitalista no interior de uma sociedade capitalista!

Já a segunda observação refere-se ao uso abusivo do prestígio político, intelectual e moral que cerca merecidamente o nome de Antonio Gramsci para reforçar empreitadas ideológicas que *vão exatamente no sentido oposto* ao de suas convicções e posições as mais fundamentais. Será que L. Henriques, que crava sua discutível bandeira na memória do grande morto (p. 9, nota 6), não conhece os textos de Gramsci sobre o “Risorgimento” italiano, onde o jacobinismo é valorizado como um fenômeno político decisivo e como a matriz histórica da concepção nacional-popular da hegemonia? Será que ignora as passagens das *Note sul Machiavelli*, onde, no mais franco e claro estilo bolchevista, Gramsci sustenta que o elemento mais importante para a formação de um partido revolucionário é o “grupo de capitães”

Na ética da esperteza, o “idealista” é um tolo inofensivo ou um louco perigoso. Na esquerda de 1968, as convicções predominavam sobre os interesses, o que explica, para além dos erros mortíferos cometidos pela geração da luta armada, a dificuldade que experimentam os “realistas de bom-senso” para compreender-lhe as motivações.

que lhe constituem a força “*coesiva, centralizzatrice e disciplinatrice*” (coesionadora, centralizadora e disciplinadora), sem a qual um exército se desfaz, ao passo que “*l’esistenza di un gruppo di capitani, affiatati, d’accordo tra loro, con fini comuni, non tarda a formare un esercito anche dove non esiste*” (a existência de um grupo de capitães, afinados, acordados entre eles, com fins comuns, não tarda a formar um exército também onde não existe).

Se Henriques desenvolvesse sua intrépida análise da “cultura do golpe” até a Itália dos anos 1920 e 1930, descobriria aquilo que estão cansados de saber todos os que conhecem minimamente a história do movimento comunista internacional: que Gramsci foi ardoroso defensor da política revolucionária tão vituperada pelos neoliberais d’aquém e d’além mar.

Na ética da esperteza, tão enraizada na cultura gelatinosa de nosso país, o “idealista”, isto é, aquele que se guia principalmente por suas convicções e não por seus interesses pragmáticos, é um tolo inofensivo ou um louco perigoso. Na esquerda de 1968, as convicções predominavam amplamente sobre os interesses, o que explica, para além dos erros mortíferos cometidos pela geração da luta armada, a dificuldade que experimentam os “realistas de bom-senso” para compreender-lhe as motivações. ●

*JOÃO QUARTIM DE MORAES é professor de Filosofia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 23 a 31 mar. 1968.

DEBRAY, Régis. *Révolution dans la révolution?* Paris: Maspero, 1969.

FURTADO, Celso. Brésil: de la république oligarchique à l’État militaire. *Temps Modernes*. Paris, 257 (23): 580-600. out. 1967.

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. São Paulo: Ática, 1987.

GRAMSCI, Antonio. *Note sul Machiavelli*. Roma: Ed. Riuniti, 1971.

HENRIQUES, Luis Sérgio. Gorender, a esquerda armada e a questão democrática. *Presença*. Rio de Janeiro, n. 12, jul. 1988.

LE NOUVEL OBSERVATEUR. Paris, 3 a 9 abr. 1968.

MARIGHELLA, Carlos. *A crise brasileira*. s/1, s/e, s/d.

MARTINS Fº, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar*. Campinas, Papirus, 1987.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil de Castelo a Tancredo*. São Paulo / Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

STALIN. *Les bases du leninisme*. Paris: Union Générale d’Éditions, 1969.

TRIAS, Vivian. *Imperialismo y geopolítica en América Latina*. Montevideo: Ed. El Sol, 1967.